Demonstrações Contábeis

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. - ETVG

(Em fase pré-operacional)

31 de dezembro de 2011 e 2010 com Relatório dos Auditores Independentes

(Em fase pré-operacional)

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balanços patrimonias	
Demonstrações dos resultados	4
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstrações dos fluxos de caixa	6
Demonstrações do valor adicionado	
	۵



Condomínio São Luiz Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1830 Torre I - 8º Andar - Itaim Bibi 04543-900 - São Paulo, SP, Brasil

Tel: (5511) 2573-3000 Fax: (5511) 2573-5780 www.ey.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Diretores da Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A - ETVG São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. – ETVG ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Transmissão de Vaárza Grande S.A. – ETVG em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Demonstrações do valor adicionado (DVA)

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO Auditores Independentes S.S. CRC-2SP015199/O-6

Luiz Carlos Passetti

Contador CRC-1SP144343/O-3

Aderbal Alfonso Hoppe

Contador CRC-1SC020036/O-8-S-SP

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2011	31/12/2010
Ativo			
Circulante		2.132	495
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.876	38
Investimento de curto prazo	5	203	454
Impostos a compensar		44	-
Outros ativos		9	3
Não circulante		7.088	7
Ativo financeiro da concessão	6	7.088	
Imobilizado		-	7
Ativo total		9.220	502
Passivo			
Circulante		1.037	1
Fornecedores		801	
Empréstimos e financiamentos	8	2	-
Tributos e contribuições sociais a recolher	7	232	-
Outras obrigações		2	1
Não circulante		1.780	
Empréstimos e financiamentos	8	1.777	-
Tributo e contribuições sociais diferido	7	3	-
Patrimônio líquido		6.403	501
Capital social	9	6.301	501
Reserva de lucro	9	102	-
Passivo total		9.220	502

Demonstrações dos resultados Exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e período de 20 de julho a 31 de dezembro de 2010 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	31/12/2011	20/07/2010 a 31/12/2010
Receita operacional líquida	11	7.088	-
Custos operacionais Custo de infraestrutura		(6.983)	_
Lucro bruto		105	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		105	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	(3)	-
Lucro líquido do exercício		102	
Lucro líquido por ação Básico e diluído - R\$		0,0162	0,0000
Quantidade de ações do capital		6.301.000	501.000

A Companhia não apurou outros resultados abrangentes nos exercícios apresentados e, portanto não está apresentando a demonstração do resultado abrangente.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e período de 20 de julho a 31 de dezembro de 2010 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Total
Integralização de capital em 2010		501	-	-	-	501
Saldos em 31 de dezembro de 2010		501		<u>-</u> _		501
Lucro líquido do período	9	-	-	-	102	102
Destinação do lucro:						
Reserva legal	9	-	5	-	(5)	-
Reserva de lucros	9	-	-	97	(97)	-
Aumento de capital em 30/11/2011 e 08/12/2011	9	5.800	-	-	-	5.800
Saldos em 31 de dezembro de 2011		6.301	5	97		6.403

Demonstrações do fluxo de caixa Exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e período de 20 de julho a 31 de dezembro 2010 (Em milhares de reais)

	31/12/2011	31/12/2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	105	-
Itnes que não afetam as disponibilidades	105	_
Variação monetária e cambiais líquidas	2	
	2	_
(Aumento) redução no ativo		
Impostos a recuperar	(44)	-
Ativo financeiro de concessão	(7.088)	-
Outros ativos	(6)	(3)
	(7.138)	(3)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	801	-
Tributos e contribuições sociais a recolher	232	-
Outros passivos circulantes	2	
	1.035	-
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	(5.996)	(3)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Resgates de investimentos (aplicações financeiras)	(203)	-
Aplicações em investimentos (aplicações financeiras)	454	(454)
Aplicação no imobilizado	6	(6)
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades de investimento	257	(460)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	5.800	501
Empréstimos tomados e arrendamento mercantil	1.777	-
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades de financiamentos	7.577	501
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	1.838	38
Demonstração do aumento nas disponibilidades		
Saldo no início do período	38	-
Saldo no final do periodo	1.876	38
Aumento líquido nas disponibilidades	1.838	38

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e período 20 de julho a 31 de dezembro de 2010 (Em milhares de reais)

	31/12/2011	20/07/2011 a 31/12/2010
Receitas		
Receita de infra-estrutura	6.983	
		-
Remuneração dos ativos da concessão	105	
	7.088	
(-) Insumos adquiridos de terceiros		
Custo de infra-estrutura	(6.983)	-
Valor adicionado a distribuir	105	
Impostos, Taxas e Contribuições		
Federais		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3	-
Remuneração de Capitais Próprios		
Reservas de lucros	102	_
	105	

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Informações gerais

A Companhia de Transmissão de Várzea Grande S.A. ("Companhia" ou "ETVG"), com sede na Avenida Miguel Sutil, nº 8695, 3º andar, salas 30B2 e 30B3, Duque de Caxias, na Capital do mato Grosso, CEP: 78040-365 MT, foi constituída em 20 de julho de 2010 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica tendo como objetos sociais planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. ("Alupar").

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, com cronograma de construção previsto em até 24 meses a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão. A entrada em operação está prevista para Janeiro de 2013.

Concessões de linhas de transmissão

Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 018/2010 - ANEEL, de 12 de julho de 2010, foi outorgada à Companhia pela União, a concessão dos Serviços de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação e manutenção das instalações de transmissão compostas, segundo o contrato, pela Linha de Transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 850 metros, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 230 kV Jauru — Caxipó e a Subestação Várzea Grande 230/138kV, localizada no Estado de Mato Grosso e termino na Subestação Cuiabá, localizada no Estado de Mato Grosso; pela Subestação Jauru em 230/138 kV — 750 MVA; entradas de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

São ainda de responsabilidade da transmissora:

I – Trecho de Linha de Transmissão em 230 kV, em um circuito duplo, com extensão aproximada de 850 metros, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 230 kV Jauru – Coxipó e a Subestação Várzea Grande 230/138 kV, aquisição dos equipamentos necessários às modificações e substituições e adequações nas entradas de Linhas das subestações Jauru e Coxipó. Os equipamentos e instalações aqui descritos serão transferidos, sem ônus, para as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – ELETRONORTE, concessionária das subestações, bem como, das citadas linhas que serão seccionadas, conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 67/2004.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Informações gerais--Continuação

Concessões de linhas de transmissão--Continuação

II – Transferência do reator de linha e equipamentos associados da SE Coxipó para a SE 230/138 kV Várzea Grande na EL para Jauru, bem como a implementação de infra-estrutura necessária à instalação do reator de linha e equipamentos associados, a qual será transferida, sem ônus, para a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – ELETRONORTE, concessionária da linha de transmissão, conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 67/2004.

A prestação do serviço de transmissão se dará mediante o pagamento de Receita Anual Permitida a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial, no valor de R\$ 2.960 conforme contrato de Concessão, reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões para o 5°, 10° e o 15° ano do período de concessão.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente, contudo, neste momento esta não dispõe de bases confiáveis para efetuar a mensuração destes valores tendo em vista as incertezas decorrentes das condições de uso dos bens na data futura e do seu valor no tempo.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 16 de fevereiro de 2012.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, compreendem as demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e incluem também as normas emitidas pela CVM.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis-Continuação

2.1 Declaração de conformidade--Continuação

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, as normas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para litígios.

Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge a valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido o tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.3 Moeda funcional

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3. Sumário das práticas contábeis

3.1 Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo.

Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Sumário das práticas contábeis--Continuação

3.1 Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente-Continuação

3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo.

Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, contratados nas aplicações financeiras são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo dessas aplicações financeiras são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Em 31 de dezembro de 2011, não houve nenhuma alteração relevante no valor justo que devesse ter sido reconhecida no patrimônio líquido. Eventuais provisões para redução ao provável valor de recuperação são registradas no resultado. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização. Normalmente, os investimentos que na data de sua aquisição têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aqueles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica Investimentos de curto prazo.

3.1.2 Contratos de concessão

De acordo com a ICPC 01, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contábeis, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato:

Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado.

Este modelo é aplicado na Companhia em função das suas operações.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Sumário das práticas contábeis--Continuação

3.2 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração.

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 2011 e 2010 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. O gerenciamento dos negócios da Companhia é que as linhas de transmissão compõem uma única unidade geradora de caixa.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.3 Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Sumário das práticas contábeis--Continuação

3.3 Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

A mensuração subseqüente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos e financiamentos: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorridos até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.
- Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de energia, materiais e serviços.

3.4 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Sumário das práticas contábeis--Continuação

3.5 Dividendos

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados auditados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

A Lei das Sociedades por ações permite a não distribuição do dividendo obrigatório caso os órgãos da Administração relatem à Assembléia Geral Ordinária que a distribuição é incompatível com a situação financeia da Companhia na ocasião.

Qualquer suspensão do dividendo obrigatório deverá ser apreciada pelo Conselho Fiscal.

O lucro líquido não distribuído pela Companhia em virtude de suspensão é destinado a uma reserva especial e, se não for absorvido por prejuízos subsequentes, deverá ser distribuído assim que a situação financeira permitir.

3.6 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Sumário das práticas contábeis--Continuação

3.7 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adotou premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Sumário das práticas contábeis--Continuação

3.7 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

3.7.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado às perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos não financeiros.

3.7.2 Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Sumário das práticas contábeis--Continuação

3.7 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

3.7.3 Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de construção, ampliação e reforços como ativo financeiro.

3.7.4 Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo financeiro.

3.7.5 Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar margem de lucro. Na contabilização das receitas de construção a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Sumário das práticas contábeis--Continuação

3.7 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

3.7.6 Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

3.8 Impostos

3.8.1 Imposto de renda e contribuição social – diferidos

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A Companhia é está sob o regime de apuração pelo lucro presumido. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

3.9 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n°. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

3.10 Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Sumário das práticas contábeis--Continuação

3.10 Demonstração do valor adicionado (DVA)--Continuação

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 — Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.11 Reconhecimento da receita

A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado.

3.11.1 Receita de transmissão de Energia Elétrica

A Companhia reconhece a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com a normativa contábil da ICPC 01.

As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de implantação da infraestrutura
- Receitas dos ativos financeiros

E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de concessão de transmissão
- Receitas dos Ativos Financeiros

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Sumário das práticas contábeis--Continuação

3.11 Reconhecimento da receita--Continuação

3.11.2 Receita de juros

A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

4. Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC em 2011

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2011.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (R1) - revisão da norma não impactou as demonstrações contábeis da Companhia.

CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios - a revisão da norma não impactou as demonstrações contábeis da Companhia.

CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) - a revisão da norma não impactou as demonstrações contábeis da Companhia.

CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos - a revisão da norma não impactou as demonstrações contábeis da Companhia.

CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis - a revisão da norma esclarece que as empresas devem apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas. A Companhia não teve outros resultados abrangentes.

Interpretação Técnica ICPC 01(R1) e Interpretação Técnica ICPC 17 - Contabilização e Evidenciação de Contratos de Concessão - a revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia vez que os requerimentos estabelecidos pelas interpretações já vêm sendo adotados pela Companhia demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo

	31/12/2011	31/12/2010
Caixa e equivalente de caixa:		
Caixa	1.782	38
Aplicações financeiras	94	
	1.876	38
Investimento de curto prazo		
Aplicações financeiras	203	454
	203	454

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, e são considerados instrumentos financeiros Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado, e em 31 de dezembro de 2011 e 2010 estavam sendo remuneradas em média à 100% do CDI.

A Companhia tem como política de investimentos financeiros a aplicação dos recursos em valores mobiliários de baixo risco e em instituições financeiras de primeira linha.

6. Ativo financeiro da concessão

	31/12/2011
<u>Não circulante</u>	
Ativo financeiro da concessão	7.088
	7.088
Movimentação do ativo financeiro	de concessão:
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-
Receita de construção	6.983
Remuneração do ativo financeiro	105
Saldo em 31 de dezembro de 2011	7.088

Os serviços públicos de transmissão de energia elétrica prestados pela Companhia são regulamentados pelos contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados com a União – Poder Concedente. Estes contratos de concessão estabelecem os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados. Estes contratos estabelecem também, que os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente no final da concessão, mediante pagamento de uma indenização.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

6. Ativo financeiro da concessão--Continuação

Sendo assim, com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Companhia, decidiu-se pela aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 — Contratos de Concessão na Companhia. A Interpretação Técnica ICPC 01 — Contratos de Concessão, indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

As infraestruturas construídas da atividade de transmissão que estavam originalmente representadas pelos ativos imobilizados da Companhia são, ou serão, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- Parte através da Receita Anual Permitida RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando - se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa, além de ser reconhecida, como premissa conservadora adotada pela administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico, por falta de uma metodologia adequada à mensuração de seu valor;

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos.

7. Impostos a recolher e diferido

Imposto a recolher

	31/12/2011
Circulante	
Imposto de renda retido na fonte	10
ISS	89
INSS	133
	232

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

7. Impostos a recolher e diferido--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo foi liquidado.

A base de cálculo dos impostos diferidos são exclusivamente consequência da remuneração do ativo financeiro.

	31/12/2011	
	Imposto de renda	Contribuição social
Receita operacional (base de cálculo lucro presumido) Alíquota de presunção de lucro	105 8%	105 12%
Base de cálculo	8	13
Alíquota	25%	9%
	2	1
Des pes a de imposto de renda e contribição social		3

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Empréstimos e financiamentos, e encargos de dívidas

a) O saldo de empréstimos e financiamentos, e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

	31/12/2011
F 1 1/21 2 1 4	
Encargos de dívidas - circulante	
Moeda nacional	2
	2
Empréstimos e financiamentos - não circulante	
Moeda nacional	1.777
	1.777
Total geral	1.779

Moeda nacional	31/12/2011			
			Dívida	
Instituições financerias	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Encargos Circ.	Principal não circ.
Empréstimos e financiamentos: Cédula de crédito - Banco do Brasil	01/12/2026	10%	2 2	1.777 1.777

Empréstimo junto ao Banco do Brasil S.A., firmado em 23 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 17.835, que deverá ser disponibilizado na conta corrente da Companhia mediante solicitação. O pagamento deste empréstimo será feito em

150 prestações mensais e sucessivas, acrescido de encargos, vencendo a primeira em 01 de julho de 2014 e a última em 01 de dezembro de 2026. Este empréstimo está sujeito a incidência de juros de 10% ao ano, com bônus de adimplência de 15%, desde que as prestações da dívida sejam pagas integralmente até a data do respectivo vencimento.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Empréstimos e financiamentos, e encargos de dívidas--Continuação

b) A movimentação de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

Moeda nacional Instituições financerias	Saldo incial 31/12/2010	Ingresso de dívidas	Provisão de encargos	Saldo final 31/12/2011
Empréstimos e financiamentos Cédula de crédito - Banco do Brasil		1.777 1.777	2 2	1.779 1.779

c) Em 31 de dezembro de 2011, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos, atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Moeda nacional		
2014	713		
2015	1.064		
	1.777		

O contrato com o com o Banco do Brasil - FCO não exigê manter certos índices financeiros.

Todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Em 31 de dezembro de 2011 os empréstimos e financiamentos da Companhia não tiveram a obrigação de constituir garantias depositadas, por estar no início das operações comercias.

9. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social da Companhia no valor total de R\$ 6.301, está representado por 6.300.001 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00. Em 31 de dezembro de 2010, o capital social da Companhia era de R\$ 501, e estava representado por 501.000 ações ordinárias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

9. Patrimônio líquido--Continuação

Capital social--Continuação

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2011 é a seguinte:

Acionistas	Capital integralizado	Participação %
Alupar Investimento S.A.	6.300.000	100,00
José Luiz de Godoy Pereira	1	_
	6.300.001	100,00

Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

	31/12/2011	31/12/2010	
	102		
Lucro líquido apurado no exercício	102	-	
Reserva legal (5% do lucro líquido)	5	-	

Destinação do resultado

A proposta de distribuição do lucro líquido apurado no exercício de 2011, conforme apresentado a seguir, considera disposições legais previstas no artigo 202 Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e está sob expectativa de aprovação da Assembléia Geral dos Acionistas.

A administração da Companhia decidiu propor a não distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social, visto que o lucro líquido apurado no exercício de 2011, é proveniente do reflexo da adoção das práticas contábeis internacionais, mais precisamente do ICPC 01.

A Lei das Sociedades por Ações permite a não distribuição do dividendo obrigatório caso os órgãos da Administração relatem à Assembléia Geral Ordinária que a distribuição é incompatível com a situação financeira da Companhia na ocasião.

O lucro líquido não distribuído pela Companhia em virtude de suspensão é destinado a uma reserva especial e, se não for absorvido por prejuízos subseqüentes, deverá ser distribuído assim que a situação financeira permitir.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

9. Patrimônio líquido--Continuação

Destinação do resultado--Continuação

	31/12/2011	31/12/2010
Lucro líquido apurado no exercício	102	-
Destinação do lucro		
Reserva legal	5	-
Reservas de lucros	97	-

10. Resultado por ação

Os dados de lucro por ação são apresentados por tipo e natureza de ação. Tal apresentação está de acordo com a prática no Brasil de negociação e cotação de ações em lotes de ações.

A tabela a seguir apresenta o resultado por ação da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011:

	31/12/2011	31/12/2010
Numerador: Lucro líquido do período	102	-
Denominador (em milhares de ações) Média ponderada do número de acões ordinárias	6.301.000	501.000
Lucro por ação Lucro bás ico e diluído por ação ordinária	0,0162	-

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Receita operacional líquida

	31/12/2011	31/12/2010
Receita Bruta		
Receita de infra-estrutura	6.983	-
Remuneração do ativo de concessão	105	-
	7.088	-
Receita Operacional líquida	7.088	_

12. Partes relacionadas

Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Alupar Investimento S.A.. A Companhia é uma sociedade por ações, e tem por objeto planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não havia saldos em aberto entre partes relacionadas.

Remuneração da alta administração

De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM n° 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia deve divulgar a remuneração de sua alta administração.

De acordo com nosso estatuto social, a Assembléia Geral de Acionistas define uma remuneração global aos membros da nossa diretoria.

Caberá ao nosso Conselho de Administração a distribuição da remuneração global fixada pela Assembléia Geral dos Acionistas, a serem pagos aos membros da nossa diretoria.

Para os exercícios de 2011 e 2010, a remuneração dos diretores estatutários, foi de R\$ 3 e R\$ 0, respectivamente.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

13. Instrumentos financeiros

13.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito através da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade na rubrica dos seguintes instrumentos financeiros:

- a) Aplicações financeiras;
- b) Ativo financeiro da concessão;
- c) Fornecedores; e
- d) Empréstimos e financiamentos incluem encargos de dívida.

13.2 Valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos ajustados às taxas correntes de mercado estão demonstrados a seguir:

	31/12/2011		31/12/2010	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo				
Aplicações Financeiras	297	297	454	454
Ativo financeiro da concessão	7.088	7.088		
	7.385	7.385	454	454
Passivo			•	
Fornecedores	801	801	-	-
Empréstimos e financiamentos - incluem encargos	1.779	1.779		-
	2.580	2.580		-

Mensuração do valor justo: a Companhia classifica e divulga os instrumentos financeiros da seguinte forma:

Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II– outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III– técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

13. Instrumentos financeiros--Continuação

13.2 Valor justo--Continuação

Técnicas de Nível II são utilizadas na mensuração de todos os investimentos de curto prazo e empréstimos e financiamentos da Companhia.

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos e taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

13.3 Instrumentos financeiros por categoria (saldos contábeis)

	31/12/2011			
	Ativos/Passivos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis	Total	
Ativo				
Aplicações Financeiras	297	_	297	
Ativo financeiro da concessão		7.088	7.088	
	297	7.088	7.385	
<u>Passivo</u>				
Fornecedores		801	801	
Empréstimos e financiamentos - incluem encargos		1.779	1.779	
		2.580	2.580	
		31/12/2010		
	Ativos/Passivos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis	Total	
Ativo				
Aplicações Financeiras Ativo financeiro da concessão	454	- -	454	
	454		454	

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

13. Instrumentos financeiros--Continuação

13.4 Informações sobre líquidez

A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

As políticas de Administração de risco da Companhia foram estabelecidas a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia, para estabelecer apropriados limites de riscos e monitorar controles e aderência aos limites. As políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

13.5 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

Os principais fatores de risco que afetam o negócio da Companhia podem ser assim descritos:

13.5.1 Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

13.5.2 Risco financeiros

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a da perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de instituições financeiras de primeira linha e sem estabelecimentos de limites de concentração.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Informações por segmento

A Companhia é administrada como uma única operação, ou seja que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações por segmento para analisar seu desempenho operacional e financeiro. Dessa forma, a demonstração de resultado reflete as informações que a Administração da Companhia utiliza para acompanhar o seu desempenho operacional e financeiro.

15. Seguros

No exercício de 2010 a ETVG contratou seguro-garantia de valor adiantado e seguro para garantir o inadimplemento das obrigações assumidas no Contrato de Concessão.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes

A vigência do seguro é de 23 de dezembro de 2010 a 23 de dezembro de 2040. A importância segurada total é de R\$ 1.450.

16. Compromisso

A Companhia já contratou junto a fornecedores de materiais e serviços o montante de R\$ 22.000 para construção da linha de transmissão de energia elétrica com cronograma de execução e término até março de 2013.